

Carta Aberta

Reflexões e Propostas aos Candidatos a Prefeito de Lorena – Eleições 2008

A **ACIAL – Associação Comercial, Industrial, Autônomos e Liberais de Lorena** é uma entidade com 91 anos de história e legítima representatividade a frente do segmento empresarial de Lorena. Consoante à sua missão institucional apresenta através desta carta aberta dirigida aos candidatos a prefeito, uma série de reflexões e propostas acerca do momento econômico do município, seu desenvolvimento e sua sustentabilidade. Seu propósito é o da contribuição democrática à comunidade em geral através do compartilhamento da problemática municipal e a formulação de alternativas. Inclui-se a tal finalidade, a responsabilidade social da associação no tocante ao fortalecimento dos canais de participação e aproximação da população em geral e seus representantes políticos.

Portanto, sob a dimensão do desenvolvimento sustentável, as

propostas foram formuladas a partir de uma análise básica da economia do município e pressupondo as boas práticas de administração pública, modernas, criativas, empreendedoras e voltadas ao bem comum. A **ACIAL** tem por expectativa que tais propostas venham a ter, por parte do candidato a ser eleito no próximo dia 5 de outubro, a devida atenção e que possam constituir a base de seu plano de governo.

Os dados que se seguem é o mero acompanhamento de indicadores econômicos do município de Lorena e não têm a intenção de caracterizar qualquer período em específico sendo, portanto, desvinculados de qualquer gestão municipal. A partir da percepção de empresários de Lorena de que a economia do município não vem, nos últimos anos, acompanhando o clima de crescimento e estabilidade dos fundamentos que têm

conferido ao País crescente avaliação positiva internacional, a ACIAL buscou dados em bases confiáveis, cientificamente colhidos, de forma a aferir a veracidade desta premissa. Numa primeira análise observou-se que o valor do Produto Interno Bruto per capita da cidade apresentou no período de 2002 a 2005 um acréscimo de 28,8%. Tal índice de crescimento é aproximadamente somente a metade do experimentado no mesmo período pelo Estado de São Paulo. No mesmo sentido, quando verificado o percentual de crescimento das cidades vizinhas de Cachoeira Paulista, Cruzeiro, Guaratinguetá e Pindamonhangaba, constata-se valores da mesma ordem de grandeza do índice estadual ou, em outras palavras, quase o dobro do de Lorena.

Produto Interno Bruto – PIB per capita em reais

	2002	2005	
Lorena	7.981,72	10.279,59	28,8%
Cachoeira Paulista	5.209,64	7.659,70	47,0%
Cruzeiro	8.984,16	12.578,13	40,0%
Guaratinguetá	9.884,47	14.493,79	46,6%
Pindamonhangaba	13.128,20	18.593,53	41,6%
Estado de São Paulo	13.258,84	19.977,31	50,7%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Fundação Seade.

Numa outra análise, a do mercado formal de trabalho, verificou-se geração de 2.762 novos postos de trabalho com carteira assinada no período de 2002 a 2007. Percentualmente, o número equivale a um crescimento de 25,8%. Mais uma vez, o percentual do município é abaixo do crescimento constatado no Estado de São Paulo e, principalmente, expressivamente inferior ao de Cachoeira Paulista (44,6%), Cruzeiro (39,9%) e Pindamonhangaba (42,0%).

Número de Empregos Formais

	2002	2007	
Lorena	10.692	13.454	25,8%
Cachoeira Paulista	2.808	4.061	44,6%
Cruzeiro	11.518	16.117	39,9%
Guaratinguetá	19.805	22.380	13,0%
Pindamonhangaba	17.924	25.458	42,0%
Estado de São Paulo	8.608.048	10.930.155	27,0%

Fonte: Fundação Seade. RAIS / Ministério do Trabalho e Emprego.

Ainda outro dado preocupante diz respeito à participação do município no repasse do valor devido ao ICMS – Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços. O IPM – Índice de Participação do Município quando observado no

período 2004 a 2009 (a ser repassado) deve um decréscimo de 7,5%. Ao contrário de Lorena, as cidades vizinhas apresentaram crescimento de seus respectivos índices como melhor detalhado na tabela a seguir.

Índice de Participação do Município

(Valor Adicionado Fiscal – ICMS)

	2004	2009	
Lorena	0,14809980	0,13702550	-7,5%
Cachoeira Paulista	0,02649628	0,02992643	12,9%
Cruzeiro	0,13307276	0,15301594	15,0%
Guaratinguetá	0,21798397	0,23513483	7,9%
Pindamonhangaba	0,45577533	0,48372696	6,1%

Fonte: Fundação Seade. Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Numa tentativa de considerar o efeito prático desta redução do IPM e considerando-se o repasse do ICMS até agosto de 2008, segundo a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, no valor de R\$ 14.056.506,13 , e depois anualizado de forma a estimar-se o repasse total em todo o ano de 2008, a redução do IPM apontada no período 2004-2009 implica na incorporação de cerca de 1,7 milhões de reais ao orçamento do município. E ainda, se considerássemos, por exemplo, o crescimento do índice verificado na

vizinha cidade de Cachoeira Paulista (12,9%), o município estaria acrescentando aos seus cofres a quantia de cerca de 2,7 milhões de reais por ano.

A conclusão óbvia quando analisados os dados acima é a do empobrecimento do município e a redução de sua arrecadação, criando-se assim um ciclo vicioso. Considerando-se que o IPM refere-se ao valor adicionado fiscal e que a participação do segmento industrial no recolhimento do ICMS do município responde por 96% do total, segundo a Fundação SEADE relativo ao ano de 2006, torna-se imperativo uma política de atração e fomento à atividade industrial. Essa é a base das sugestões que se seguem.

Propostas

- 1. Adoção de uma política de desenvolvimento econômico capaz de atrair, manter e desenvolver a atividade industrial no município.**

Municípios vizinhos adotaram nos últimos anos posturas agressivas e ousadas para a atração do investimento industrial. Atrair

empresas industriais vai muito além da simples doação de área ou isenção de impostos municipais. A criação de condomínios ou distritos industriais onde o poder público possa fomentar soluções às questões de segurança patrimonial, iluminação, fornecimento de energia, telecomunicações, tratamento de rejeitos e acesso apresentam-se como uma alternativa atual e oportuna. A ACIAL acrescenta ainda como parte estruturante desta política, a criação de um Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, a ser criado a partir de ampla representação do meio empresarial e da comunidade em geral, a fim de constituir-se num fórum permanente de debate e apoio ao governo municipal.

2. Fomento ao empreendedorismo e à micro e pequena empresa

Além de responder a nova realidade do trabalho, o empreendedorismo é uma alternativa valiosa a geração de ocupação e renda. Experiências de sucesso podem ser observadas em municípios que incorporam a disciplina

empreendedorismo na rede pública municipal e forma a capacitar principalmente os jovens às técnicas e ferramentas que induzem a ações empreendedoras. No mesmo sentido, o apoio, facilitação e simplificação dos procedimentos de registro e funcionamento de empresas, a garantia de infra-estrutura e acesso às novas tecnologias aos micro e pequenos empresários podem somar-se a uma política virtuosa de desenvolvimento econômico. É esperado do candidato, o compromisso e apoio a imediata regulamentação no âmbito municipal da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.

3. Estabelecimento de relacionamentos amplos e abrangentes com as instituições de ensino do município e as entidades do Sistema S (SESI, SENAI, SESC, SENAC, SEBRAE, SENAR, SEST E SENAT).

Lorena dispõe de três centros universitários além de dois centros de pesquisa. Tem uma população titulada (mestres e doutores) muito acima do

percentual observado em outras cidades do Estado. Percebe-se claramente a estruturação vocacional com um viés na área da educação superior. A formação de grupos temáticos e de pesquisa capazes de prover à demanda local, por exemplo, do setor industrial ou ainda na questão da gestão quando das micro e pequenas empresas, pode ser vetor de definição e êxito da política de desenvolvimento econômico. A proximidade e compartilhamento da expertise e recursos disponibilizados pelo Sistema S é inadiável. Parcerias como as atuais com o SESI e o SENAI carecem de priorização e incremento por parte do governo municipal.

4. Adoção de um perfil moderno da administração pública conferindo agilidade e austeridade

Sufocada por uma carga tributária gigantesca a sociedade clama pela qualidade do gasto público. Máquinas administrativas inchadas, estruturas

anacrônicas, poder centralizado levando a personalismos e atrasos, contratações e remunerações não vinculados a critérios próprios da meritocracia são inadmissíveis. As sugestões passam pelo uso da tecnologia de informação como, por exemplo, o controle eletrônico de processos, emissão eletrônica de certidões, de débitos, inscrição municipal, taxas, consultas e andamentos de requerimentos, formulários e modelos, multas de trânsito, prestação de contas, repasses de verbas, etc. Incluem-se neste item os recursos como leilão online e outras modalidades apoiadas no uso da tecnologia da informação.

5. Priorização, revisão e “valorização” do Plano Diretor

A cidade tem sérios e restritivos problemas de ocupação de áreas. Circundada por conjuntos habitacionais e zonas de preservação ambiental há a necessidade de rever, utilizando da melhor tecnologia existente, as alternativas que irão direcionar o futuro da cidade. Ao poder público cabe

capitanear sua discussão e aprovação, a partir da participação ativa da representação da sociedade civil organizada, não se deixando influenciar por questões menores ao interesse da comunidade.

6. Ordenação do trânsito principalmente na questão do aproveitamento da cultura existente e a topografia favorável ao uso de bicicletas na cidade

Especialistas garantem que a questão trânsito deva ser tratada através do tripé educação, engenharia e fiscalização. Por educação sugerem-se desde a inclusão do tema nas escolas municipais, campanhas populares e a atuação consciente dos agentes de trânsito. Por engenharia é proposto o atendimento a demanda de instalação e manutenção de equipamentos públicos tais como ciclovias e locais específicos ao estacionamento de bicicletas, sinalização em geral, revisão dos sentidos de fluxo de ruas,

equacionamento do transporte público incluindo o alternativo, criação de bolsões para o estacionamento de vans principalmente à noite e a profissionalização da zona azul. No apoio fiscalização, sugerem-se diretrizes sérias e duras desde que precedidas da adoção de procedimentos preventivos e de orientação.

7. Adoção de soluções urbanísticas incluindo a questão dos famigerados calçamentos com paralelepípedos

Tal como o item trânsito, tratado anteriormente, o aspecto urbanístico da cidade tem profundos reflexos na atividade econômica. Por exemplo, pode influenciar na decisão de fixação de novos moradores, especialmente das camadas de maior renda. Resume-se na atratividade da cidade. Por tudo, propõem-se adoção de um plano de asfaltamento de vias, incluindo o cuidado como o escoamento de águas pluviais, o incentivo e fiscalização quanto à

regularidade e uniformidade das calçadas (hoje impossíveis de serem vencidas por cadeirantes tamanho os obstáculos e até veículos estacionados sobre elas), o tratamento aos aspectos visuais como pichação e uso descomedido de muros e postes para propagandas não regulamentadas, a implantação de alternativas a questão da limpeza das vias e espaços públicos incluindo controle de zoonoses (cães e outros animais soltos que defecam nestes locais), e ainda a normalização da distribuição descontrolada de folhetos comerciais e conseqüente geração de lixo.

ACIAL, setembro de 2008
Diretora